

# Sarney promete garantir eleições

## Em Goiânia, assegura que sua responsabilidade é com a transição

Da Sucursal

Goiânia — O presidente José Sarney assegurou ontem, em Goiânia, que está pronto a apoiar a decisão da Assembleia Nacional Constituinte, no que se refere ao período de seu Governo. Ao ser questionado sobre o resultado da Comissão de Sistematização, que aprovou eleições diretas para presidente em 88, Sarney a princípio se negou a responder perguntas de natureza política. Mas em seguida acrescentou: "Se a eleição for mesmo em 88 vou fazer tudo para viabilizá-la, porque acho que essa é a minha responsabilidade maior com a transição democrática".

Fazendo referência ao diálogo que vinha mantendo com o governador Henrique Santillo, durante o trajeto do aeroporto até o local do depósito dos rejeitos radioativos, indicou: "Há pouco tive a oportunidade de dizer que sob o ponto de vista político, tive a satisfação e o orgulho de dizer que nenhum presidente teve um período de tanta liberdade quanto o período do meu Governo. Eu não tenho falado em democracia e liberdade, eu tenho praticado a liberdade e a democracia", afirmou.

de e a democracia", afirmou.

O ministro Iris Rezende, por sua vez, assegurou que o presidente Sarney não apóia a decisão tomada pela Comissão de sistematização que lhe deu quatro anos de governo. "O Presidente dispensa respeito a uma decisão que nós acreditamos é temporária, uma vez que o plenário da Constituinte vai alterar".

O ministro Iris Rezende garantiu que tanto ele quanto os ministros que integram a comitiva presidencial acreditam que o plenário da Constituinte tomará uma posição diferente da que foi adotada pela Comissão de Sistematização.

Por sua vez, o deputado Sarney Filho garantiu que seu pai, o presidente Sarney, está muito tranquilo. "Acredito que ele se sente aliviado dessa responsabilidade que não era dele".

Sarney Filho lembrou que a fixação pelos cinco anos de mandato foi feita pela Aliança Democrática e pelos partidos que o apoiavam. "Agora que a Assembleia Nacional Constituinte tomou para si a responsabilidade de mudar o quadro, o presidente vai fazer o seu governo, independente das restrições partidárias", afirmou.

JULIO ALCANTARA



Sarney emocionou-se ao fazer seu discurso, em que garantiu o respeito às decisões da Constituinte

# Governo estuda meio de barrar parlamentarismo

REJANE DE OLIVEIRA Da Editoria de Política

O Governo está tão convencido de que o parlamentarismo será derrubado pelo plenário da Constituinte que nem admite, pelo menos em público, utilizar outras estratégias para garantir a manutenção do presidencialismo. Segundo fontes ligadas ao Palácio do Planalto, contudo, existem pelo menos dois recursos que poderão ser utilizados caso o regime de gabinete seja ratificado pelo plenário: a convocação de referendo popular para o sistema de governo (acredita-se que a opinião pública prefere o presidencialismo) e a realização de eleições gerais no próximo ano, numa retaliação contra a Constituinte e o PMDB.

O deputado Carlos Sant'Anna desmente categoricamente que se esteja pensando em eleições gerais no Planalto, mas admite que os pontos polêmicos da nova Constituição, entre os quais o regime, podem ser objeto de referendo. Se isto vier a ocorrer, ressalta o líder governista, será por iniciativa do Centro, já que não existiria qualquer estratégia de governo destinada a derrubar o parlamentarismo por este caminho. Ele ainda aposta que o sistema aprovado pela Sistematização não passa pelo plenário, mas admite que, se consultada, a população optaria pelo presidencialismo.

Mas se o Governo vier mesmo a lançar mão dos recursos de que dispõe, como prevê importante político ligado ao Planalto, pode aguardar reações, especialmente por parte da cúpula do PMDB. Afinal, para o partido amplamente majoritário no Congresso, as eleições gerais cheiram a golpe, enquanto o plebiscito específico para o regi-

me de governo é considerado manobra para preservar o presidencialismo jogando na desinformação popular a respeito do assunto.

O senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, é dos que não aceitam referendos isolados. Na opinião dele, ou se consulta a população a respeito do texto integral da futura Constituição ou nada feito. De qualquer forma, ele acredita que o regime de gabinete poderia ser aprovado pelo povo.

Já o senador Fernando Henrique Cardoso admite o referendo para temas específicos. Ele diverge de Covas, contudo, ao prever que, se fosse consultado neste momento, o eleitorado optaria pelo presidencialismo, até por uma questão de tradição.

Os dois líderes peemedebistas são unânimes em rejeitar a tese das eleições gerais. Para Fernando Henrique, dissolver as instituições representativas neste momento significaria pôr em risco a transição democrática. Ele refuta a afirmação de que o seu partido só fez maioria no Congresso por causa do Plano Cruzado e está certo de que, em novas eleições, o PMDB repetiria a performance de 86.

Na opinião de Mário Covas, os argumentos utilizados para a redução do mandato do presidente Sarney não podem ser estendidos aos demais mandatos, razão pela qual discorda das eleições gerais. "A menos que me apresentem uma razão convincente, não vejo porque extinguir os mandatos de políticos legitimamente eleitos para atribuições definidas e por tempo determinado. Não é o caso do atual Governo Federal que, sempre se soube, duraria o tempo exato da transição, e esta termina com a Constituinte".

Mas o Palácio do Planalto não terá apenas adversários se insistir nas eleições gerais. Só na ala mais à esquerda do PMDB, existem cerca de quarenta constituintes apostando nesta ideia. São os dissidentes do MUP, que estão articulando a criação de um novo partido e para os quais a ideia de enfraquecer a legenda do deputado Ulysses Guimarães, através de novo pleito e sem as benesses do Cruzado, soa como boa música.

No PFL, também não são poucos os votos para esta tese, atualmente encampada por toda a ala progressista do partido. Um exemplo é a deputada Maria de Lourdes Abadia, de Brasília, que defende eleições em todos os níveis para zerar a política nacional e, sob o regime de gabinete e uma nova Constituição, deixar o eleitorado escolher seus representantes para a nova era democrática.

Outros defensores desta ideia são os pequenos partidos de esquerda. O presidente do PT, deputado Luiz Ignácio Lula da Silva, não só defende as eleições gerais como também prega o referendo para a nova Carta Magna.

O PDT também aposta nesta hipótese. Segundo o vice-líder Amaury Müller, o parlamentarismo não passa de um casuismo para "tirar o Brizola da jogada". Na sua opinião, o plenário da Constituinte derrubará o regime aprovado pela Sistematização porque os opositores do presidente Sarney, que votaram neste sistema apenas para enfraquecê-lo, naturalmente refluirão ao presidencialismo uma vez que já conseguiram a redução do mandato. De qualquer forma, se o assunto for submetido à população, o deputado gaúcho está certo de que ganha o atual sistema.

# Sant'Anna justifica as demissões

"Se alguém vota contra o governo, não tem porque indicar ninguém para compor o quadro de confiança deste governo", disse ontem o líder Carlos Sant'Anna, explicando que não toma como retaliação as demissões providenciadas de cargos de confiança ocupados por pessoas indicadas por constituintes que votaram na Comissão de Sistematização a favor da tese dos quatro anos de mandato.

Ele também informou que não tem notícia de outras demissões, nem conhece outro caso além do presidente da Companhia de Financiamento da Produção, que era indicado do senador José Richa (PMDB-PR) e foi dispensado um dia depois da decisão sobre os quatro anos. Segundo Sant'Anna, quem ocupa função de confiança sabe que é demissível ad nutum.

Contudo, segundo articuladores do governo, a escolha do caso do presidente da CFP foi uma forma de mostrar aos constituintes que as relações mudarão com aqueles que negaram apoio ao Palácio do Planalto, independente do partido a que pertenciam.

Isso se comprova pela não concretização da demissão de Paulo Rogado, da companhia Forjas de Acesita, indicado pelo deputado Otávio Eljiso (PMDB-MG) e que teve sua dispensa cogitada nas últimas 48 horas. O governo considera esse um caso menos expressivo e está analisando melhor a repercussão política de retaliação com os que lhe negam apoio.

Embora seja um documento guardado a sete chaves, a lista dos cargos ocupados por indicação de constituintes que votaram

# Norte-Sul será construída

GUIOMAR CAMPELO Enviado Especial

Porangatu (GO) — O presidente José Sarney prometeu ontem aos habitantes desta cidade que no final de 1988 voltará para inaugurar o primeiro trecho da Ferrovia Norte-Sul, que terá 700 quilômetros e custará aos cofres públicos em torno de dois bilhões e meio de dólares.

Emocionado, disse chorando, o presidente disse que a estrada será construída "doa a quem doer, custe o que custar e resista quem quiser resistir". Acompanhado de cinco ministros e cinco governadores — Piauí, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Goiás (não compareceram os da Bahia e do Distrito Federal) e cinco ministros, além de senadores e deputados, o Presidente da República afirmou, de improbit, que já tinha dado a contribuição política e que, a partir de agora, se dedicaria "de corpo e alma" às questões administrativas do País.

O Presidente chegou a Porangatu pouco depois das 9 horas e foi recebido no aeroporto, ainda não homologado pela Diretoria de Aeronáutica Civil, por cerca de duas mil pessoas, que o aplaudiram. Em seguida o Presidente foi para a feira coberta onde assinou formalmente o decreto de criação de um grupo de trabalho que propôs a execução de projetos para o desenvolvimento da região Centro-Oeste, e, sob os aplausos de três mil pessoas, José Sarney começou o seu desabafo contra os que criticam a execução da Ferrovia Norte-Sul.

— Hoje estamos vivendo o sonho de Porangatu, que é o sonho do Brasil, do interesse do povo brasileiro. Esse sonho será realidade e os jovens que aqui estão, quando tiverem com a minha idade, percorrerão esta região de outra maneira. Verão como eu vou ver agora, essa região rasgada pela estrada da integração, ligando o Norte ao Sul do Brasil, como dois braços que faltavam para unir este País.

O Presidente referiu-se ao ex-presidente Juscelino Kubitschek para lembrar que as pressões que ele enfrenta agora são as mesmas sofridas naquele tempo, com a construção de Brasília e da rodovia Brasília-Belem, que permitiram a interiorização da industrialização do País. De acordo com o Presidente, poucos países têm um capital tão grande quanto o Brasil, "desperdiçando perdulantemente uma grande área como esta". Para isso, observou, é preciso, porém, a construção de infra-estrutura, de transportes, que resultarão em progresso para a região.

Ele lembrou que o desenvolvimento do Centro-Oeste não deve servir apenas "aos que vivem de interesse pessoal e não desejam a livre concorrência de um regime democrático. Os homens públicos devem ter a coragem de olhar o futuro e de resistir. Agüentamos até agora a campanha contra a Norte-Sul e agüentaremos até o final de 88, quando voltaremos a Porangatu para inaugurar o primeiro trecho", prometeu o Presidente.

# "Passará cargo com honra"

O presidente José Sarney acatou o resultado da Constituinte e, fixada as eleições em 1988, ele as presidirá, e, com muita honra, passará o cargo ao seu sucessor". Foi o que disse, ontem, o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, ao ser indagado pelos repórteres, na Base Aérea, qual seria, exatamente, a postura do Presidente após a decisão da Comissão de Sistematização que reduziu para quatro anos, o seu mandato.

Costa Couto lembrou a nota de Sarney que leu no domingo passado, após o resultado da votação para dizer que "é preciso que se leve conta que aquela é

realmente a posição do Governo".

Durante a entrevista o ministro informou que havia conversado há alguns minutos, por telefone, com o presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, que se encontra desde segunda-feira internado no Instituto do Coração, em São Paulo, convalescendo de uma angioplastia, para desobstrução das artérias. "O Dr. Ulysses Guimarães está bem, muito feliz preparando-se para retornar às suas atividades, e deverá substituir o Presidente no próximo dia 26 quando este irá ao México", disse Costa Couto.

# Magalhães deixa o PFL com críticas

Recife — O ex-governador de Pernambuco, Roberto Magalhães, formalizou ontem o seu desligamento do PFL, através de carta ao presidente regional pefelista, Joel de Holanda. Magalhães colocou como motivo para essa decisão a posição da bancada no Congresso optando pelo apoio ao presidente José Sarney, contrariando o que ele vem defendendo há um ano, isto é, a passagem para a oposição.

Enfatizando que o seu gesto deve-se à necessidade de "manter a coerência entre o discurso e a ação política", Magalhães, na entrevista coletiva que convocou a tarde, reafirmou as críticas que vem fazendo ao presidente José Sarney, e condenando a re-

taliação do Planalto aos parlamentares que não se alinharam à tese do mandato de cinco anos.

"Lamento esta política do trabuco, que alguns governadores do PMDB praticaram, e que agora, surpreendentemente, o presidente Sarney, um intelectual, também utiliza. O Brasil está de cabeça baixa", disse o ex-governador pernambucano.

O desligamento do ex-governador do PFL poderá facilitar o partido no Estado, já que a mesma iniciativa deverão tomar outras lideranças como o deputado federal Joaquim Francisco, maior nome de quem dispunha a legenda para disputar com chances de vencer a eleição para a prefeitura do Recife, no próximo ano.

# Bloco lançará nomes a primeiro-ministro

Para se contrapor à campanha que os presidencialistas fomentarão para impedir a mudança do sistema de governo, o PMDB com sua maioria tem de cunhar candidaturas tipicamente parlamentaristas para os cargos de primeiro-ministro e presidente da República, já a partir de dezembro, num período denominado de pré-campanha. Esta é uma das propostas que serão discutidas pelo Bloco Parlamentarista, que começa a se reunir neste final de semana para montar um esquema estratégico para a aprovação do parlamentarismo em plenário.

No final da última sessão da Comissão de Sistematização, na madrugada de ontem, o grupo seguiu para o primeiro encontro desta nova fase, na casa do líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, mas por causa do cansaço de todos, o assunto não chegou a ser debatido em profundidade.

A ideia de estabelecer como condição básica que os possíveis candidatos do PMDB tenham convicções parlamentaristas, para se contrapor às candidaturas presidencialistas de Leonel Brizola (PDT) ou Lula (PT) — como forma de assegurar o parlamentarismo — é defendida pelo deputado Jorge Hage (PMDB-BA), autor da emenda vitoriosa que fixou em 4 anos o mandato do presidente Sarney.

Esta fórmula servirá, inclusive, para barrar candidaturas dissociadas de qualquer compromisso parlamentarista dentro do próprio PMDB, como o governador paulista Orestes Quércia, presidencialista convicto, e até mesmo o ex-ministro da Fazenda Dilson Funaro, revela Jorge Hage.

Em uma segunda fase, após a promulgação da nova Constituição, aí sim o PMDB deverá sair às ruas com campanhas cuja temática central será a polarização parlamentarismo x presidencialismo, com a preocupação de conscientizar o povo para a adoção do novo sistema. E como os pequenos partidos defendem a realização de um plebiscito para definir esta questão — diz Jorge Hage — a própria campanha terá um caráter plebiscitário. "O PMDB, que colaborou com a maioria para aprovação do novo sistema, deverá ser o grande palanque parlamentarista".

## IDA A SARNEY

Ao contrário de uma corrente parlamentarista que prega o fim de qualquer negociação com o Palácio do Planalto em função da duração do mandato, o deputado Artur da Távola (PMDB-RJ) revelou ontem que propôs ao grupo nas próximas reuniões, que não ignorem possibilidades de entendimento, uma

vez que se o presidente se dispuser a assumir a implantação do parlamentarismo, será mais fácil garantir sua aprovação no plenário.

Ao invés de esperar que o presidente tome a iniciativa de assumir este encargo, o deputado fluminense considera que uma boa estratégia é convencê-lo de que durante todo o processo constituinte vem sendo mal-assessorado na linha política que adotou para se relacionar com o Congresso. Mas o retorno aos entendimentos só será possível se o Presidente suspender sua política de retaliação.

— Passada esta natural mágoa acho que será possível negociar até em função do aumento de seu mandato — observou Artur da Távola — mas o que o presidente Sarney precisa entender é que o núcleo do erro que o levou a 4 derrotas até agora está no fato de ele preferiu formar aliança de apoio com os setores fisiológicos do PMDB e PFL, ao invés de formar este alicerce com os setores liberais e pensamento progressista dos dois partidos.

As discussões sobre estas propostas que visam garantir a aprovação do parlamentarismo em plenário deverão ser retomadas neste final de semana, quando retorna a Brasília o principal articulador do Bloco Parlamentarista, o senador José Richa.

contra o Governo demonstra que esses casos não são tão frequentes como tentam demonstrar algumas das referências feitas pelos auxiliares palacianos. O problema mesmo é que, às vezes, com um único indicado o peso do cargo torna-se relevante.

O deputado Chico Pinto (PMDB-BA) por exemplo, indicou o ocupante da Delegacia Regional do Trabalho da Bahia e um dos diretores da Codeba, que cuida dos portos no Estado. O deputado Virgíldio Sena (PMDB-BA) fez o superintendente do INPS na Bahia, mas em compensação, Mário Lima, Abigail Feitosa, Celso Dourado e Jor Hage não possuem nenhuma indicação para cargos federais, segundo informam os próprios articuladores palacianos.

Em Minas, a situação não é diferente. Otávio Eljiso só fez a indicação para Forjas Acesita, enquanto Carlos Mosconi não tem cargos preenchidos por sua escolha. O problema maior é o deputado Pimenta da Veiga, que segundo peemedebistas mineiros, possui diversas indicações fora do Estado, mas todas para ocupação de funções de importância nacional.

# Planalto define etapas

O governador de Minas Gerais afirmou em Brasília que a meta prioritária do Palácio do Planalto, no momento, é a de lutar pelo presidencialismo, no plenário da Assembleia Constituinte. Acrescentou que, no momento, o Governo não está cogitando de questionar o mandato de quatro anos, nem negociar cinco anos.

No PMDB, líderes influentes não estão levando a sério a informação de que o Planalto já considera

irreversível o mandato de quatro anos. "O Sarney está se fingindo de morto".

Os parlamentaristas do PMDB estão examinando a melhor tática para atuar no plenário da Constituinte. Ontem, após o encerramento dos trabalhos da Comissão de Sistematização, o líder Mário Covas disse apoiar a tese do deputado Pimenta da Veiga, de transferir de março do próximo ano para março de 1989 a implantação do sistema parlamentarista.